

O IMPÉRIO DA FÉ: A ALIANÇA DA IGREJA CATÓLICA COM OS FRANCOS

Silvia Cristiane Videira GUIDETTI¹
Prof.^a MSc. Dinamene G. Godinho SANTOS

RESUMO

Esse trabalho tem como foco principal analisar o surgimento e o desenvolvimento da Igreja Católica, em especial sua aliança com os povos francos na Europa Medieval. As delimitações estabelecidas iniciam-se na análise da origem e desenvolvimento do cristianismo no Império Romano, avaliando a trajetória de adaptação da Igreja durante a vigência dos reinos bárbaros, em particular sua relação com os francos, até o declínio do Império Carolíngio. Para responder aos questionamentos levantados por essa pesquisa, foram utilizados as análises bibliográficas de autores como Le Goff, Mello, Heers e Woods entre outros. A presente análise demonstrou que a Igreja Católica engendrou diversos movimentos que permitiram seu crescimento e permanência no poder. Sua relação com o povo franco, além de lhe proporcionar um braço armado na luta contra seus inimigos, fez com que sua fé fosse disseminada por toda Europa Medieval.

Palavras – Chave

Igreja Católica; Francos; Roma; Poder; Carlos Magno

1. Introdução

No cenário atual, a Igreja Católica ainda se destaca como uma das mais influentes no mundo, considerada uma das mais antigas. Em seus primórdios, seus discípulos criaram uma estratégia missionária que visava promover a evangelização dos povos pagãos, tornando a Igreja Católica universal. Nos dias de hoje possui cerca de 33% da população mundial de fiéis, predominantemente na Europa, América, Oceania e em grande parte da África e Ásia.

Entretanto, com o crescimento de novas religiões, a Igreja Católica vem perdendo parte de sua influência, passando por inúmeras crises, tentando se adaptar às mudanças de comportamento e buscando novas ideias para garantir sua permanência no poder.

¹ Graduanda em História FIRA. Email: silviguiddetti@gmail.com

O crescimento de diversas religiões na atualidade está ligado ao fato de o homem sempre procurar uma figura divina para se apoiar, visando se livrar de seus pecados e do medo que sente da morte. A Igreja Católica soube atrair os fiéis não destruindo seus deuses, mais sim, os adaptando ao cristianismo.

Mesmo passando por diversas crises, a Igreja Católica ainda exerce influência nos aspectos políticos, econômicos e sociais. Para que se possa compreender esse domínio é necessário levantar uma discussão mais aprofundada, questionando os meios pelos quais a Igreja Católica se fez tão poderosa. Dentre esses momentos se destaca o período Medieval, quando, através de alianças com poderosos reis, a Igreja Católica conseguiu se fortalecer e, ao longo dos anos, foi promovendo seu crescimento até chegar a supremacia do papado.

O período Medieval rompe com os parâmetros da Idade Antiga, momento marcado por religiões politeístas. O surgimento do cristianismo, com sua doutrina monoteísta, gerou mudanças no comportamento dos povos que acabaram ficando reféns da ideologia cristã, pois esta prometia a salvação do homem e a vida eterna. Assim, a Igreja Católica construiu um monopólio e acabou se tornando a instituição mais importante do período Medieval, sua soberania se estendeu na arquitetura, artes, cultura, política, enfim, seu domínio ficou marcado na vida de seus fiéis.

Nessa perspectiva, essa pesquisa visa analisar a importância da aliança entre a Igreja Católica e o Império Franco na constituição da hegemonia Católica no Ocidente.

Para o alcance dessa análise, essa pesquisa foi dividida em cinco partes, sendo cada uma essencial para o entendimento do poder da Igreja durante o período Medieval.

Na primeira parte, foi analisada a origem e desenvolvimento do cristianismo no Império Romano, onde se procurou entender as dificuldades dos cristãos em seus primeiros anos de vida dentro de Roma e suas relações conturbadas com reis romanos e posteriormente seu direito ao culto. Para tal análise, contou-se com as obras de ECO (2010); BECKER, (1953); GIORDANI, (1971).

A segunda parte, tratou do enfraquecimento do Império Romano e das invasões bárbaras, buscando compreender o estilo de estrutura militar dos povos francos e sua relação inicial de proteção com o Império e, mais adiante, sua autonomia em relação a Roma, momento no qual os francos lançam - se em diversas batalhas para ampliar seu território e já não são mais aliados de Roma. Nesse capítulo foi realizada análise de LE GOFF (1964); RICHÉ (1952); COUTO (2006); WOODS, (2008).

O terceiro item, observa a aliança da Igreja com os reis merovíngios, e como isso proporcionou à Igreja um maior "status" levando-a a significativas vitórias em relação a

outras religiões e o crescimento de seu poder. Para tal esse item foram utilizados os escritos de LE GOFF (1964); WOODS (2008); MELLO (1990).

A quarta parte trata, especificamente, do governo de Carlos Magno tendo como objetivo analisar a aliança desse rei com a Igreja Católica. Carlos Magno, que também foi seduzido pela ideologia cristã católica, se prontificou a defender essa Instituição a qualquer custo. Para tanto se fez o uso das obras de HEERS(1974); LE GOFF(1964); ECO(2010); BECKER(1975); PERCOUD(1965); FREMANTLE(1965); FRANCO(1986); WOODS(2008); MENDONÇA(1987); PIRENNE(1963); MELLO(1990), FRANCO (1986); WOODS (2008).

O quinto item aborda o declínio do Império Carolíngio diante dos sucessores de Carlos Magno, reis que não conseguiram manter a forte unidade de poder, se tornando alvo fácil para novas hordas de invasões, promovendo a ruralização dos povos que viviam nas cidades. Com o poder fragmentado, a Igreja conseguiu assumir um papel mais incisivo, chegando ao ápice de seu poder. Para essa análise foram utilizadas as obras de MELLO(1990); HEERS(1987); HEERS(1977); MENDONÇA(1987); BECKER(1975); ECO(2010).

2. Origem e desenvolvimento do cristianismo no Império Romano

Para que se possa compreender a supremacia do papado na Europa Ocidental no período medieval é preciso entender seu processo de desenvolvimento dentro de Roma.

A Igreja Católica nasce no seio do Império Romano, em um tempo em que este era impregnado por uma multiplicidade de seitas pagãs. Eco (2010) afirma que em seus primeiros anos de existência o cristianismo foi perseguido por quase todos os imperadores romanos, posto que era visto como uma seita inimiga, que provocava a desordem e a ruptura dos costumes que os imperadores queriam manter, pois a nova religião pregava a adoração de um único Deus e a igualdade dos homens perante Ele.

Os cristãos foram usados como instrumento de divertimento nos circos das arenas romanas, queimados e torturados, práticas que visavam evitar sua expansão. No ano de 65 Roma é incendiada e o imperador Nero acusa os cristãos por tal ato. Ao longo dos dois primeiros séculos da era cristã essas perseguições se tornaram mais frequentes. “Para divertir [o povo romano], Nero processou e castigou cruelmente aqueles odiados malfeitores que o vulgo chamava cristãos...” (BECKER,1953, p. 210)

Segundo Eco (2010), mesmo sofrendo perseguições, o cristianismo conseguiu recrutar para suas fileiras diversos grupos pagãos. Com a promessa de vida eterna aos seus fiéis e

relevância no cenário social, essa nova religião soube, não só convertê-los, mas também guiá-los para garantir que essa nova fé transformasse seu modo de vida e de pensamento. Ao longo dos anos os cristãos foram se tornando numerosos e fortes e conseguiram do imperador Constantino, no século IV, a liberdade de culto, a partir deste momento o cristianismo cresce bastante, levando o imperador Teodósio a transformá-lo em religião oficial do Império, pois a conversão de um rei também incluía a de seu povo.

Daí por diante a Igreja Católica seguiu perseguindo e convertendo outros povos, proibindo outras crenças. Na prática, a população europeia de então não tinha outra escolha: ou se convertia ao cristianismo ou morria lutando por seus deuses.

“Os templos pagãos foram evidentemente alvo de ataques por parte dos cristãos que neles viam, primeiramente, verdadeiros antros de demônio e, posteriormente, casas de ilusões e de enganos com que os sacerdotes pagãos ludibriavam os seus adeptos.”
(GIORDANI, 1971, p. 286)

Aos poucos os antigos ritos e festividades pagãs vão sendo esquecidas e substituídas pelo cristianismo. O auge desse domínio político e religioso da Igreja Católica deu-se durante o governo dos francos na Europa Central, povo de origem Germânica, que será o protagonista em grande parte da Alta Idade Média.

3. A divisão do Império e as invasões bárbaras

Le Goff (2007) afirma que em uma tentativa de minimizar a crise econômica que o Império estava passando, Diocleciano, no final do século III, dividiu o Império em duas partes, Oriente e Ocidente. Por comportar quatro governantes, foi chamada de Tetrarquia e teve um curto período de vigência. O imperador Constantino, no início do século IV, consegue reunificar o Império. Com medo das invasões transferiu sua capital para Bizâncio, que era mais rica e protegida, construindo uma cidade-sede de seu governo. O Império permaneceu unido no decorrer de quase todo século IV, somente no ano de 395 o imperador Teodósio consagrou uma divisão definitiva.

Segundo Eco (2010), com o declínio do processo expansionista, as dificuldades nos aspectos sociais e econômicos aumentaram cada vez mais, fazendo com que o Império do Ocidente não conseguisse manter a ordem, tornando-se, assim, alvo fácil para povos invasores. No início do século III Roma já havia permitido que tribos germânicas se fixassem dentro de suas fronteiras, estabelecendo com esses uma relação de colonato: em troca de habitarem o

território tinham a obrigação de cultivar a terra e defender o Império nas regiões das fronteiras. No século IV uma grande onda de invasões irrompe o Império.

Os Bárbaros que se instalaram no Império Romano no século 5 não eram mais os povos jovens e selvagens saídos há pouco das florestas ou da estepe...Tinham já evoluído bastante durante seus deslocamentos...Tinham visto muito, muito aprendido...No caminho entraram em contato com culturas e civilizações das quais emprestaram costumes, artes e técnicas. (LE GOFF, 2005, p. 25)

Coincidindo com o colapso econômico-social do Império, os Hunos, um povo de origem asiática, temido por sua extrema violência, começou a pressionar os povos que viviam nas fronteiras romanas, acelerando assim o processo de invasões e ataques a Roma.

Ao contrário dos germanos, os hunos parecem sentir muito pouco a atração de Roma, da vida urbana, da cultura escrita, da certeza das leis e do cristianismo. Satisfeitos com as suas tradições, preferem manter-se marginais conservando a sua identidade, os cultos e os costumes dos seus antepassados, perpetuados na estepe ao longo de séculos. E como marginais e afastados são percebidos quer pelos romanos quer pelos germanos, como ferozes e perigosos, portanto: como os «bárbaros dos bárbaros», numa infinita graduação de embrutecimento do gênero humano. (ECO, 2010, p. 51)

Dentre os povos que invadiram Roma nesse momento estavam os vândalos, visigodos, lombardos e francos. Em 476, o líder dos hérulos, Odoacro, promoveu um saque à Roma, causando desespero à população e destronando o último imperador romano. As insígnias do Imperador foram enviadas para Constantinopla, colocando um fim no Império do Ocidente. (Eco, 2010)

Nesse momento o território do antigo Império Romano do Ocidente já estava dividido em vários grupos, descentralizando o poder. Cada povo promovia e ditava suas regras de organização. De todos os povos germânicos que invadiram o Império Romano, os francos foram os que mais se destacaram e por mais tempo se mantiveram no poder.

Os Francos lançam, no momento da reconquista bizantina, expedições longínquas na Itália, massacram gregos, romanos e godos, retornando com um butim considerável. Em 553, seus bandos, aliados aos dos alamanos, alcançam a Venécia, posteriormente a Apúlia e a Calábria, a Campânia. Suas campanhas na Turíngia, no Saxe, e a seguir contra os alamanos e os bávaros, propiciam-lhes um vasto império, muitas vezes sob a forma de um protetorado sancionado por tribos, que se estende até as regiões do médio Danúbio. Sua hegemonia, por volta de meados do século IV, se faz pesar sobre todo o mundo bárbaro do Ocidente. (HEERS, 1974, p. 21)

Os francos fazem parte das tribos germânicas e a palavra “Franco”, no antigo alemão, significa “livre”, o povo franco resulta da miscigenação de vários grupos germânicos tais como: Sicambros, Tencteros, Usípetes, Ampsivários, Bructeros, que queriam se unir para

instigar a instabilidade do Império Romano. Essas tribos viviam na região do baixo rio Reno. (ECO, 2010)

Já em 250, os francos conseguem invadir Tarragona, na atual Espanha, território romano, e se instalam nessa região por cerca de uma década, quando os romanos os derrotam e expulsam, mas, ainda no final desse mesmo século, voltam a criar problemas aos romanos quando conseguem dominar as rotas comerciais no Reno e no Canal da Mancha, a principal rota do comércio com a Bretanha.

Heers, (1974) afirma que por razões de economia e de proteção de suas fronteiras, os romanos aceitaram a imigração de alguns povos para o território romano. O povo franco, então, consegue um acordo com o imperador Juliano: parte do território da Gália é oferecido a eles em troca de promoverem a proteção militar nas fronteiras, para que assim se evitasse a invasão de outros povos. Através desse acordo, os francos acabam sendo inseridos como parte do Império, as famílias eram muito bem acomodadas pelos romanos que queriam sua integração, a eles foram passados seus costumes e sobretudo a língua do Império. Aos poucos, junto aos romanos, foram conquistando outros territórios. Os romanos não imaginavam que por conta desses conflitos na disputa com outros povos bárbaros, eles estavam se estruturando militarmente e esse apoio teria um fim. Sua estratégia de combate já dava indícios de seu futuro domínio sobre os romanos.

Para Riché (1952), mesmo os francos se mantendo fiéis ao Império, isso não os impediu de também buscar autonomia e poder na conquista de territórios, e sua experiência nas guerras os ajudaria a estruturar esse poder.

Nesse processo de conquista dos francos sobre os romanos, destaca-se o rei Clóvis. Na dinastia franca dos merovíngios usava-se a regra da legitimidade do sangue no processo de sucessão. Clóvis, neto de Meroveu, foi o rei mais conhecido dessa dinastia, governando entre 481 e 511, foi também o primeiro rei bárbaro a se converter ao cristianismo católico. “A conversão de Clóvis foi muito mais do que uma questão de fé, foi o estabelecimento de um reino mais tangível e substancial do que o reino dos céus”. (COUTO, 2006, p. 19)

Para Le Goff (2007) a conversão de Clóvis e de seu povo no ano de 476, foi uma jogada política, já que os outros reis bárbaros estavam se convertendo ao arianismo e a outras vertentes do cristianismo. Depois do Édito de Tessalônia, promovido por Teodósio no ano de 380, - que foi fundamental para definir os dogmas da Igreja Católica e torná-la oficial - proibindo assim os cultos pagãos, outras vertentes do cristianismo passaram a ser consideradas como heresias.

Eco (2010) afirma que, com sua conversão, Clóvis buscou se beneficiar do papado ainda fraco e de sua estrutura hierárquica para ir em busca da unificação das tribos francas, isto é, encontrou na Igreja Católica uma aliada para ajudar nessa unificação. Clóvis era o mais forte de todos os reis bárbaros e a Igreja Católica, assustada por conta das invasões, se viu na necessidade de proteção e um rei bárbaro convertido ao cristianismo católico lhe garantiria essa proteção militar. Nesse momento o cristianismo começava a disseminar os valores cristãos na Europa, e agora, com Clóvis, o primeiro rei bárbaro a ser convertido, nada impediria seu crescimento.

Depois da morte de Clóvis, no ano de 511, o reino franco foi dividido entre seus quatro filhos. Estes começam a travar lutas internas na disputa pelo poder, o que acaba acelerando o processo de decadência da dinastia merovíngia. Os últimos reis dessa dinastia ficaram conhecidos como reis indolentes.

Eram governantes incompetentes e, além disso, lutavam ferozmente entre si; não era incomum que queimassem vivos os membros de famílias rivais. No transcorrer de suas lutas pelo poder, muitas vezes concediam aos aristocratas Francos poder e territórios em troca de apoio, e em consequência enfraqueciam-se cada vez mais. (WOODS, 2008, p. 16)

4. O poder da Igreja e sua relação com os francos

Desde o século V a Igreja Católica era grande proprietária fundiária, atrás apenas do Estado. O clero já se beneficiava das regalias que a Igreja proporcionava e os fiéis estavam cada vez mais convictos e adeptos ao cristianismo. O clero se tornou essencial à vida dos fiéis, sem ele não haveria salvação, a Igreja Católica já estava bem consolidada.

O poder dos padres e bispos foi se fortalecendo principalmente na administração das cidades. Novos cargos foram criados com os monges vindos do Oriente, que começam a ter um papel essencial na cristianização dos camponeses pagãos e das áreas mais distantes. Já era possível encontrar mulheres religiosas nesse novo cenário cristão. Essa nova sociedade cristã tinha sua base na aristocracia. (LE GOFF, 2005)

Para Woods (2008), o enfraquecimento dos merovíngios também afetou a Igreja Católica, que no século VII estava passando por dificuldades com seus sacerdotes acusados por imoralidades e depravações, isso fez com a Igreja entrasse em desespero. O episcopado estava se enfraquecendo por conta das disputas para assumir o controle dos bispados, o que representava um *status* de grande poder e riqueza, mas, nem todo o clero desfrutava do poder e do prestígio, existia uma hierarquia, que funcionava de acordo com posses e a origem dos religiosos.

Nesse mesmo período, surge uma nova religião no Oriente: o islão. Depois da morte de seu líder, Maomé, os muçulmanos começam a avançar nas suas conquistas, tomando partes isoladas como o norte da África e a península Ibérica. Com esse movimento, rapidamente o cristianismo perdeu grande parte de sua área de influência, mas, no ano de 732, na batalha de Tours, o cristianismo conseguiu conter o avanço do Islão. Tours (Poitiers) se tornou um símbolo antimuçulmano que obrigou a retirada dos muçulmanos do Ocidente. Carlos Martel e seu exército franco foi o responsável por essa retomada cristã. (LE GOFF, 2007)

É em meio a esse turbilhão de acontecimentos que a Igreja tem que lidar com suas disputas internas e outros fatores como a economia fraca e a ruralização. Mas, a Igreja Católica ainda era a detentora do poder, só precisava fortalecer suas alianças para garantir sua estabilidade e prestígio.

Mello (1990), afirma que a importância de Carlos Martel, Prefeito do Palácio durante o governo dos últimos reis merovíngios, era tanta entre os governantes, que o papa Gregório III, no ano de 739, pede sua ajuda contra os vizinhos lombardos. Essa importância conquistada por Carlos Martel fez com que seu cargo se tornasse de caráter hereditário. Após sua morte, no ano 741, isso trouxe uma nova divisão do território entre seus filhos: Carlomano e Pepino. Os dois irmãos viviam em constante oposição. Carlomano conseguiu reinstaurar um merovíngio no poder, Childerico, que governou por seis anos. A fim de cessar as brigas com seu irmão Pepino, Carlomano escolhe a vida monacal. Em 750, o bispo, junto com seus embaixadores, procurou o Papa Zacarias para que este decidisse quem deveria governar: Childerico ou Pepino. O papa optou pelo segundo, que após um ano foi eleito e sagrado rei dos francos, pondo fim à dinastia merovíngia.

Pepino, o Breve conseguiu reforçar a aliança já existente com a Igreja Católica. Nesse período o território romano estava sob ameaça dos lombardos e bizantinos que já haviam tomado parte da península Itálica, e vinham ameaçando Roma e a Igreja. Pepino conseguiu derrotar os lombardos que acabaram cedendo parte de suas terras, que foram doadas para a Igreja Católica. (MELLO,1990)

As ações de Pepino, o Breve, tiveram um papel decisivo na ampliação dos territórios francos e sua proximidade com a Igreja, garantindo um futuro promissor para ambos os lados. “Pepino o Breve faleceu em 768, deixando a família bem consolidada no poder, sobretudo graças a sua complexa política em relação aos bispados e mosteiros que transformou em aliados”. (MELLO, 1990, p. 15)

5. A Igreja Católica durante o governo de Carlos Magno

A Igreja Católica sempre foi movida por tentações materiais. Para alastrar e fortificar sua fé e poder por todo o território ocidental, soube criar uma mentalidade cíclica que se baseava na repetição dos eventos da vida de Cristo, tais como natividade, paixão e ressurreição. Sua pregação fazia com que os fiéis pudessem, de uma maneira “simbólica”, voltar no tempo em que tais eventos ocorreram, com isso conseguia adentar os costumes de seus fiéis e, melhor ainda, conseguia deixá-los reféns de suas ideologias. (FRANCO, 1986)

“A Igreja ensina que uma vida verdadeiramente digna do ser humano requer a ajuda da graça divina”. (WOODS, 2008, p. 102)

Não foi diferente com o povo franco, que, seduzido pela ideologia católica, prontificou-se a defender a Igreja a qualquer custo. De forma geral, os papas buscavam encontrar nos soberanos francos um forte braço armado na luta contra seus inimigos. Tal empenho tornou-se mais patente durante o governo de Carlos Magno.

5.1 O governo de Carlos Magno

Com a morte de Pepino o reino franco foi dividido entre seus dois filhos: para Carlos Magno ficou a região ocidental e Carlomano ficou com parte oriental. Essa divisão não durou muito, pois Carlos Magno tinha a intenção de se tornar o único rei de todo o Império e, em prol desse desejo, não mediu esforços. Travou diversas lutas com seu irmão Carlomano, que acabou morrendo na guerra. Para assumir o poder, Carlos ignorou o fato de seus sobrinhos terem direitos, aproveitou o vácuo do trono para usurpar a parte de seu irmão. Para assumir o controle de todo império casou-se com a filha do rei dos lombardos e, através de muito sangue derramado, conseguiu anexar as terras de seu irmão ao seu território, dando assim um passo importante para a construção do maior Império da Europa. (HERRS, 1974)

A Igreja já vinha desfrutando de um bom relacionamento com os reis francos, mas ainda queria reafirmar sua aliança. A oportunidade surgiu quando, para sucessor do Papa Adriano I, em 795, contrariando a nobreza romana, o clero elegeu o Papa Leão III, causando em Roma uma desordem, pois seus adversários viam seus interesses sendo ameaçados. Perseguido pela nobreza romana, Leão III sofreu um ataque e foi ferido gravemente, não teve outra escolha a não ser pedir ajuda a Carlos Magno. (LE GOFF, 2005)

Conforme relata Mello (1990), ao atender ao apelo do Papa Leão III, Carlos estava decidindo assumir um papel mais incisivo, agora como chefe da cristandade, ansioso por se tornar o pilar de toda Roma. Carlos Magno herdara de seu pai o título de Patrício, exercendo, assim, a função de protetor da Igreja. Sustentado pelo forte poder de expansão e ações militares que seu pai já exercia, conduziu diversas batalhas, todas com extrema violência, a fim de fazer valer seu domínio político e converter os povos ao cristianismo católico. Ao findar o século VIII seu poder já havia se estendido por toda Europa Central. (ECO, 2010)

Percourd (1944) analisa que Carlos Magno soube compreender a forte unidade que a Igreja representava por ser a única a ter uma hierarquia, a qual poderia ser de grande utilidade na extensão e fortalecimento de seu território.

No dia 25 de dezembro, em Roma, quando se encontrava em uma cerimônia na Basílica de São Pedro, foi surpreendido pelo Papa Leão III que o coroou Imperador dos romanos, um gesto sob as aclamações do povo. Essa cerimônia, ao que tudo indica, não foi uma surpresa para Carlos Magno, já que o Papa estava passando por dificuldades e queria restabelecer a supremacia pontífice, e também tinha a pretensão de torná-lo imperador de todo o mundo cristão contra Bizâncio na luta contra a heresia iconoclasta. (BECKER, 1975)

Fremantle (1965) afirma que os motivos de Carlos Magno ao aceitar o título de Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, não eram totalmente egoístas, pois desejava pôr em prática o ideal de uma unidade mundialmente cristã, e ter a Igreja católica como aliada o ajudaria na conversão dos povos pagãos. Sua atitude ao ser coroado foi de cautela, só após cinco meses é que criou uma estratégia para pôr em prática sua nova ordem.

A coroação de Carlos Magno acirrou o atrito com Bizâncio, pois seu Imperador considerava ser o único a possuir o legítimo título imperial e não reconheceu Carlos Magno como Imperador de Roma, agravando a já delicada situação na qual Roma e Bizâncio se encontravam desde a questão iconoclasta. (ECO, 2010)

A questão iconoclasta, de forma resumida, pode ser explicada pelas ações do imperador Bizantino, Leão III, que, movido por questões de ordens políticas e religiosas, considerou que a adoração das imagens representava uma idolatria, e assim decretou a destruição de todos os ícones, pois achava que a essência da espiritualidade não estava ligada aos personagens feitos de pedaços de pano e madeira. Por trás da cortina ideológica prevalecia o descontentamento imperial que almejava a riqueza dos mosteiros, que representavam os principais fabricantes dos ícones. O momento mais dramático da situação foi quando o Imperador mandou destruir a imagem de Cristo. O povo, que acreditava no poder religioso que os ícones tinham em suas vidas, reagiu de forma violenta contra esse movimento, o que

gerou uma verdadeira guerra civil religiosa. A fim de cessar as intrigas, a Imperatriz Irene conseguiu devolver aos fiéis o culto às imagens, que posteriormente seria retirado novamente. (FRANCO,1986)

Essa situação causou um grande desconforto entre o Imperador Bizantino e o Papa, então, a Igreja de Roma tomou a decisão de se afastar dos imperadores de Constantinopla e procurar a cooperação dos francos. (WOODS, 2008)

Logo após ter sido coroado, Carlos assume um papel mais ativo nas ações militares de dominação de outros povos na intenção de criar um só reino de fé e língua. Com o apoio da Igreja conseguiu promover a expansão e uma forte política interna, seu poder estava presente em quase toda a Europa Ocidental e Central. Doze anos após sua coroação, Bizâncio o reconhece como imperador do Ocidente. (MENDONÇA, 1987)

Carlos Magno dinamizou seu governo através de várias ações: estabeleceu sua capital de forma diferente de outros líderes, tornando-a itinerante; confiou aos condes cargos administrativos para que os mesmos o ajudassem a manter a organização do governo; deu início ao Renascimento Carolíngio que visava resgatar a cultura greco-romana, incentivou as escolas, as artes, as ciências e escritas e a criação de várias igrejas em estilo bizantino. Dentre todos que já haviam governado a Europa Central nesse período, Carlos Magno foi o que se tornou o “herói” para os povos da Idade Média. (ECO, 2010)

Entretanto, Carlos Magno sabia que para manter a Igreja atrelada a seus interesses não bastava fortalecer sua hierarquia, era necessário torná-la ainda mais rica, dona de vários bens e de um patrimônio sólido. Para isso, a monarquia tomou providências: estabeleceu a obrigatoriedade no pagamento do dízimo, que se estendia a toda a população, o que acabou gerando um rendimento regular ao clero, seu principal lucro também provinha das terras, muitas delas doadas pelos fiéis na intenção de aliviar seus pecados. Sendo assim, a Igreja não foi somente a grande influenciadora da moral e da fé cristã, mas também foi dona de um grande poder financeiro. PIRENNE (1963), afirma que o poder financeiro da Igreja Católica lhe proporcionou condições para emprestar dinheiro aos leigos necessitados.

Além da questão econômica, o domínio da Igreja se estendeu também ao ensino e às artes, o que deixou o povo ideologicamente refém de seus interesses. Um dos momentos mais marcantes da construção desse controle ideológico foi o chamado ‘Renascimento Carolíngio’.

Mello (1990) ressalta que Carlos Magno iniciou um renascimento cultural, que visava promover a valorização dos estudos escolares, com a abertura de escolas onde se ensinava a ler e escrever. Essas escolas se instalaram em catedrais, conventos e no palácio real, e eram, fundamentalmente, voltadas para educação da nobreza. Nessas escolas, a Igreja fazia questão

de deixar claro sua supremacia, promovendo o desenvolvimento intelectual dos jovens nobres que ambicionavam cargos administrativos e ensinando aos futuros clérigos tudo o que pudesse contribuir para o enaltecimento da obra e vida cristã.

Mendonça (1987) esclarece que o uso do termo 'Renascimento' foi um tanto quanto pretencioso, pois, na verdade, o movimento foi bastante insignificante, utilizado como instrumento de controle do Império e da Igreja, somente acessível a um pequeno círculo de políticos e administradores. As poucas escolas "abertas" à população foram eliminadas já no século IX pelas reformas eclesiásticas.

6. O declínio do Império Carolíngio e o fortalecimento da Igreja

Depois da morte de Carlos Magno, nada substituiu seu poder e sua obra política, uma vez que seu império foi alvo de consecutivas partilhas e lutas entre seus descendentes, o que o levou à fragmentação.

Mello (1990), afirma que o fracasso não se deu somente por culpa dos descendentes de Carlos Magno, mas também por consequência de alguns problemas antigos tais como a própria questão sucessória que vinha desde a dinastia merovíngia e que fundamentou a ruína do Império.

Aquele império imponente foi transformando em um lugar com diversos reinos, que eram governados por dinastias locais. Com bases fracas, esses reinos não tinham proteção contra os inimigos externos, o que acabou facilitando novas invasões na Europa ocidental nos séculos IX e X.

Segundo Herrs (1987) os motivos dessas invasões foram as pilhagens dos povos do norte da Europa. Esses povos não se fixaram imediatamente nos territórios do Império, muito pelo contrário, realizavam ataques e saques militares e regressavam para seus acampamentos com tesouros roubados dos mosteiros – relicários, estátuas, objetos de arte. Desde os primeiros ataques a população entrou em pânico o que promoveu um novo processo de ruralização em busca de proteção.

O império Carolíngio, já enfraquecido por frequentes divisões, sofre, ao mesmo tempo, os ataques dos povos do mar, em todas as suas costas, e dos cavaleiros das estepes em suas fronteiras do leste. Essas novas migrações provocaram algumas vezes, lá onde se fixam os invasores, a formação de novos Estados mais ou menos estáveis e modificaram, assim o mapa político do Ocidente. Elas arruinaram sobretudo a coesão do mundo cristão, minaram em toda parte a autoridade real, precipitaram a evolução das estruturas políticas e a emancipação dos pequenos chefes. (HERRS, 1977, p. 53)

Mendonça (1987) salienta que a construção carolíngia acabou ficando conhecida como “ídolo de pés de barro”, pois teve uma duração efêmera, com suas bases já defasadas não conseguiu dar continuidade ao poder centralizado que antes exercia. Nesse momento as estruturas feudais começaram a serem montadas.

A sociedade feudal tinha como base a agricultura, que envolvia toda a população que por conta das últimas invasões procuraram abrigo e proteção nas grandes propriedades rurais, onde os senhores feudais tinham o total poder. A economia feudal era forte e a população acabou ficando refém desse sistema. (MELLO, 1990)

Com o desmantelamento do poder centralizado na Europa Ocidental, a Igreja assumiu um papel incisivo. Pôde controlar as questões políticas e exercer um maior domínio sobre a cristandade ocidental, chegando ao ápice do poder, onde somente ela controlava a tudo e a todos. (BECKER, 1975)

Eco (2010) afirma que a Igreja vai seguir firme como detentora de todo o poder, se tornando a grande proprietária de terras no período feudal. Esse monopólio vai até a unificação Italiana no ano de 1870, quando os italianos conseguem invadir os estados pontifícios com o objetivo de transformar Roma em sua nova capital. O Papa Pio IX recusa um acordo com o rei Vitor Emanuel, e só no ano de 1929 através do Tratado de Latrão a Igreja define seu território, ficando somente com o estado do Vaticano, que tem cerca de cinco quilômetros quadrados.

7. Considerações Finais

A partir das referências bibliográficas pôde-se compreender e analisar um pouco mais a fundo o surgimento e desenvolvimento da Igreja Católica dentro de Roma. Entender as atitudes que tomou em prol do desejo de se fazer única dentro do Império. Para alcançar seus objetivos travou diversas lutas e fez alianças com reis bárbaros para reforçar seu domínio.

A partir dos estudos realizados, pôde -se concluir que em seus primeiros anos de vida que a Igreja Católica não foi aceita por diversos reis romanos, que viam nela uma ameaça às suas crenças. Os cristãos foram perseguidos, torturados e mortos, entretanto, conseguiram adentrar no império Romano o que seria o começo de sua jornada pelo poder.

A Igreja soube identificar a quem deveria se aliar para se fortificar, os povos francos, dentre todos os povos germânicos que invadiram Roma, eram os que possuíam melhor estrutura militar, diante disso poderia ser o melhor aliado na luta contra seus inimigos. Ambos

tinham interesses ao realizar alianças: a Igreja necessitava de proteção e os povos francos já haviam percebido a importância e o crescimento do cristianismo católico dentro de Roma.

Diante deste contexto, Carlos Magno soube dar um avanço significativo em suas explorações, pois seu império já vinha sendo estruturado por seus antepassados o que facilitou sua trajetória expansionista, com o apoio da Igreja conseguiu aumentar seu território, a Igreja se tornou onipotente durante toda a Idade Média, mantendo sua hierarquia e importância na vida de seus fiéis.

Em nome da fé muito sangue foi derramado, diversos povos foram mortos. Em seu governo Carlos Magno promoveu a defesa da Igreja e incentivou o ensino, que era promovido apenas para uma pequena parcela do clero que representava os interesses da Igreja. Depois da morte de Carlos Magno, seu império sofreu partilhas que acabaram enfraquecendo o poder dos francos.

A Igreja Católica soube aproveitar o fim da dinastia carolíngia e se tornou a maior proprietária de terras, controlando toda a questão política e econômica da Europa Ocidental, que nesse momento passou a viver em um sistema de feudal.

O objetivo desse trabalho foi analisar o quão importante foram as alianças que a Igreja fez no decorrer de sua trajetória, seus massacres em nome da fé, sua intolerância com outros povos o que acabou gerando um poder onipotente, se tornando assim a Instituição mais poderosa de toda a Idade Média e se manteve pelos séculos seguintes como influenciadora de todo o pensamento ocidental, mantendo sua autoridade predominante até os dias atuais.

8. Referências Bibliográficas

BECKER, Idel. **Pequena História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Nacional, 1975.

COUTO, Sergio Pereira. **A Verdade Sobre o Código da Vinci**. São Paulo: Companhia dos Livros, 2006.

ECO, Umberto. **Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos**. Alfragide/ Portugal: Leya, 2010.

FREMANTLE, Anne e Cia. **Idade da Fé**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

GIORDANI, Mario Curtes. **História dos Reinos Bárbaros**. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1971.

HERRS, Jackes. **História Medieval**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1974.

FRANCO, Hilário. **A Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O império Bizantino**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LE GOFF, Jacques. **As raízes Medievais na Europa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

_____. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MELLO, José Roberto. **O Império de Carlos Magno**. São Paulo: Ática, 1990.

MENDOÇA, Sonia Regina. **O Mundo Carolíngio**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERCOURD, Regine. **Luz Sobre a Idade Média**. São Paulo: Europa-América, 1944.

PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

• RICHÉ, Pierre. **As Invasões Barbaras**. São Paulo: Europa-América, 1952.

WOODS, Thomas. **Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental**. São Paulo: Quadrante, 2008.

•

•

•

•

•

•

•

•

•